Liberdade, igualdade e democracia

Os que experimentam conviver sem preocupação de esconder as partes erógenas do corpo sentem-se livres pelo simples facto de poderem sentir o ar ou a água a influenciar o estado dos respectivos corpos. Claro, que há quem sinta vergonha: há mesmo quem fale em pecado original para explicar a transformação civilizacional entre a nudez e a mania generalizada de tapar o corpo, mesmo em situações em que não haja frio.

Apesar da ingenuidade do naturismo há quem simplesmente se sinta incapaz sequer de se imaginar numa posição assim. Teme os seus próprios pensamentos, a imagem de si próprio/a perante os outros, ainda que possa não ter defeito físico nenhum. Por exemplo, os corpos velhos são frequentemente olhados com repugnância.

A questão é: porque se olham os corpos jovens com volúpia? Porque se considera a volúpia sentida ao mirar corpos infantis uma perversidade criminosa?

A resposta mais dura é que as sociedades humanas admitem o abuso sexual como prática ilegítima, mas tolerável de hierarquização social. A prostituição é o exemplo típico: a humilhação das mulheres, ou dos jovens rapazes ou a destruição humana de crianças, são praticadas em larga escala, sobretudo no seio privatizado das famílias e das escolas e asilos, inclusivamente organizadas de modo empresarial, de tal modo que – apesar das condenações morais platónicas – se pode considerar ser preferível não intervir, dada a impotência da moral e do estado nesses domínios. As excepções apenas confirmam a regra (Dores, 2013).

Uma tal resposta é repugnante, em si própria. A generalidade das pessoas pode pensar – e recusar-se a pensar de outro modo – que há uma distância inultrapassável entre a violação de uma mulher no casamento e a prostituição. Uns preferirão dizer que entre marido e mulher não se mete a colher; outros dirão que uma coisa é um mau marido e outra coisa é uma profissão do sexo, que deve ser protegida no direito laboral. Por isso surgem tantas dúvidas quando alguém se declara sexualmente violada: “Têm a certeza?” pergunta o vulgo. “Não terá sido impressão sua?”, pergunta o tribunal. “Disse não?” perguntam os activistas contra os abusos sexuais, em desespero de causa. Parece que a diferença a fronteira entre um conflito entre pessoas e um abuso sexual é imperceptível ou ténue. Um homem, tipicamente, excitado dentro da sua própria cabeça pode não reparar que está a usar uma criança ou uma mulher sem o consentimento destas: esta situação existencial parece, à maioria das pessoas, perfeitamente compreensível. De tal modo a maioria de nós é incapaz de reconhecer a diferença entre o mal e o bem.

Tal como acontece com os viciados, no jogo, no tabaco, no álcool, no sexo, no poder, etc., o primeiro problema é o não reconhecimento de haver um problema. Não se aceitar sequer discutir se há um problema, utilizando a repugnância culturalmente construída.

Há uma coisa que se pode concluir, com toda objectividade, destas considerações: é geralmente repugnante tratar de assuntos de perversidade sexual porque a sociedade construiu uma cultura que produz tal repugnância.

Excepcionalmente, será possível desenvolver ambientes de abertura mental de tal modo que passe a ser possível abrir uma discussão sobre o que é a liberdade e a igualdade. O que exige capacidade de romper com os sentimentos de repugnância culturalmente produzidos em abundância, incluindo pelas ciências sociais cuja missão actual é a de impedir a reflexão livre através da sua estratégia centrípeta de dispersão de disciplinas e subdisciplinas, como a água que corre de uma bacia para um escoador: quando pode começar a fazer sentido, a hipótese desaparece do nosso olhar, pelo cano, censurada. As próprias universidades actuais produzem mais incapacidades cognitivas, através da repugnância que causa tomar conhecimento de teorias que destroem anos de formação forçada em aprender concepções profissionalmente prestigiantes mas factualmente falsificadas, do que promovem capacidades críticas ou difundem sabedoria (Amaral, Branco, Mendonça, Pimenta, & Reis, 2008).

Tais ambientes urgem ser criados, para tratar com todos os princípios da liberdade e da igualdade que, ao contrário do que geralmente se pensa, são sobretudo ameaçados por serem produzidos internamente à Europa e ao Ocidente os impedimentos para que seja evidente como nós próprios, cada um à sua maneira, colabora com a perversidade do sistema social instalado.

Tabela 1. Ambiguidade dos valores de liberdade na civilização ocidental

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Moral** **Dimensão social** | **Boa-vontade** | **Processo** | **Perversidade** |
| Animal | Naturismo | Pornografia | Abuso sexual |
| Económica  | Cooperação | Trabalho | Trabalho prisional |
| Política  | Libertação | Democracia | Superioridade ontológica |

A repugnância à política e aos políticos é um caso particular da repugnância geral produzida pela nossa civilização. A repugnância contra os políticos é usada pelo sistema político representativo para organizar mil e uma maneiras de segredos de estado. Por exemplo, privatizando, mas mais geralmente partilhando por grupos de interesse, de forma cultural, entre profissionais do mesmo ofício, segredos de estado. Usam “linguagens de pau”, isto é, modos de expressão autoritários, ditos especializados e altamente elaborados, que beneficiam da repugnância geral perante eles para justificar o elitismo. Aprendem, nas universidades, a exprimir-se em códigos capazes de iludir, perante o vulgo, aquilo que de facto estar a ser dito, para os parceiros de profissão. Geralmente, as linguagens de pau são tão eficazes que nem os profissionais se apercebem do significado geral do que estão a dizer: eles apenas aprendem a parte espacializada do discurso, uma lógica interna que, tal como os vampiros, não pode ver a luz do dia sem se transformar perversamente, como mostra a figura 1.

O politiquez, como acontece com as ciências sociais ditas académicas, é apresentar a realidade com boa-vontade. Depois há as teorias críticas, que apresentam a realidade tendo em conta os processos (coluna do meio) e procurando chamar a atenção dos seus leitores e estudantes que a realidade propriamente dita pode não ser tão cor de rosa como quando a olhamos com boa-vontade. A perversidade, porém, deve ser abordada directamente e por todos, caso a modernidade queira alimentar alguma esperança de romper com os seus vícios mantidos atrás do véu da ignorância voluntária, da negação.

As chocantes revelações sobre os abusos contra crianças, nos últimos anos, são uma fonte de esperança. As limitações da discussão e a prevalência dos sentimentos de repugnância em torno desses assuntos levam a que se procurem bodes expiatórios, como novas igrejas ou doenças desconhecidas, como a pedofilia, sem encarar os problemas de frente. Tais limitações orquestradas pelos cientistas, trabalhadores sociais, políticos e meios de comunicação dominantes, fundados na repugnância que os assuntos provocam, não impedem que se vá rompendo, a pouco e pouco, as trevas que se abatem sobre os vícios humanos. A tarefa de quem pretenda ir mais longe e criar condições para atacar esses vícios directamente, conscientemente, é dar o salto entre as diferentes dimensões sociais, concepções construídas milenarmente, a pretexto vero de funcionalidade, para fixar elites misóginas capazes de esmagar como não humanos alvos escolhidos para servirem de bodes expiatórios (em vez dos chefes), mantendo-os a todos nos seus lugares relativos: as elites em cima, os “pobres” em baixo, e a maioria da sociedade em posições intermédias. Posições intermédias que vivem no medo de cair em baixo e na vergonha de assumir a competição com as elites. Posições intermédias naturalizadas através de sistema de classificação de géneros, como o feminino, cuja inferioridade é imaginada como crónica e natural, genital, atribuída por Deus. Mas cujo mecanismo de discriminação é usado para muitos outros alvos, ditos minorias, como os ciganos, os povos indígenas ou alvo de genocídios, as pessoas de orientação sexual não consensual, os trabalhadores imigrantes, os estrangeiros por sua vez divididos por nacionalidades, umas superiores à nossa e outras inferiores, consoante a história que nos é impingida oficialmente sobre o nosso lugar no concerto das nações, etc..

Figura 1. Representação gráfica da boa-vontade e da perversidade sociais



As sociedades misóginas e elitistas em que vivemos sobrevivem de forma mais ou menos estável, apesar da falta generalizada de respeito pela boa-vontade com que geralmente são interpretados os princípios de liberdade e de igualdade, porque as mentes humanas são também sociais e voluntariamente manipuladas para serem semelhantes às outras, de modo solidário, pacífico, cooperante nas missões gerais avançadas por aqueles, entre nós, que sabem para onde nos conduzir. Os nossos queridos lideres não são norte-coreanos, mas também não são tão diferentes deles como dizem ser: são elites capazes de transferir o poder de um dirigente para outro, evitando ao mesmo tempo a mudança de classe do poder e a repugnância que a permanência no poder provoca (ao mesmo tempo que provoca admiração e temor).

A transformação de situações de superioridade e liderança protagonizadas por castas familiares permanentes e transgeracionais de classes superiores (Clark, 2014; Louçã, Lopes, & Costa, 2014), eventualmente apresentadas como meritocracia (inventada por Confúcio), em situações democráticas exige capacidade de identificar mecanismos sociais viciados e reconhecê-los para os poder atacar. A começar em nós próprios, com respeito pela humanidade dos doentes que são incapazes de tal reconhecimento. Aprendendo a viver com eles, sem perder uma oportunidade de lhes chamar a atenção de como são vítimas de si próprios.

O que significa também enfrentar a guerra, a luta com estranhos, forjadas sempre pelas elites que se opõem entre si (de facto e/ou de modo simulado) para sua própria auto-reprodução mutua como seres humanos superiores. Thatcher, Bush, Blair, Erdogan, como qualquer grande líder, quando estiveram com problemas eleitorais, usam a sua capacidade de organizar a guerra para se manterem no poder e arrebanharem em torno de si a forçada unanimidade popular.

A guerra contra as drogas, por exemplo, serve o mesmo fim, embora numa guerra de classes, dirigida contra etnias específicas que estejam estigmatizadas em cada país, ou países estigmatizados pelas opiniões públicas imperialistas, como os EUA, de modo a suportar no poder os organizadores das políticas neoliberais, no centro e na periferia do império. Claro que é repugnante. Mas como explicar o caso Irão-gate (uso de drogas para financiar troca de armas entre o Irão e a Nicarágua por oficiais dos EUA) ou o uso da guerra do Afeganistão para implementar a produção de ópio, com a conivência dos EUA, ou os efeitos contraproducentes das guerras contra as drogas no consumo de drogas e a manutenção das políticas que provocam a expansão de tais vícios?

A verdade é que representamos comummente a organização sob a forma de pirâmide, dando a impressão que todos os de baixo apoiam os de cima, na medida em que a probabilidade de cada um ocupar qualquer lugar é semelhante. E também é verdade que todos sabemos ser tal imagem apenas a representação da nossa boa-vontade colectiva e da vantagem que essa representação nos traz, em termos de conforto ao nível dos sentimentos de segurança e de redução de energias emocionais e pessoais (como se diz, por vezes, deixem a política para os políticos, ou a nossa política é o trabalho, ou, o que é o mesmo, precisamos de bons políticos que nos orientem a vida da melhor maneira, como os administradores de empresas servem os investidores).

Tabela 3. Ambiguidade dos valores de igualdade na civilização ocidental

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Moral** **Dimensão social** | **Boa-vontade** | **Processo** | **Perversidade** |
| Animal | Família  | Discriminação  | Misoginia  |
| Económica  | Cooperação | Organização  | Elitismo |
| Política  | Ciência  | Informação  | Dissimulação |

O conhecimento sobre a sociedade é duro, na medida em que nos confrontamos com aquilo que queremos ocultar de nós mesmos para mantermos os nossos vícios reconfortantes. A vida é arriscada e contingente, a morte é certa – apesar dos seguros de vida – e a vida social ensinou-nos que alguns terão que se sacrificar para que outros possam ter uma boa vida (Clark, 2007). “Sempre há-de haver pobres!”

Se for esse o caso, jamais a democracia deixará de ser do tipo ateniense: excluindo os escravos, os estrangeiros, as mulheres, os condenados. A liberdade será apenas uma forma de distinguir a humanidade das elites, que se representam a si próprias como livres e abertas à sociedade, espécie de paraíso, como Versailles o foi para a aristocracia ou a construção de sociedades novas e livres, de raiz, nas Américas, sob os genocídios dos índios e escravatura como actividades – ainda em curso – emocionalmente ignoradas para proteger os vícios modernos, como o racismo.

Uma sociedade que trata convictamente o estado confessional de Israel, baseado num regime de apartheid de que não se pode falar e de um genocídio contra os palestinianos que se representa sob a forma de guerra Israel-palestiniana, como a única democracia do Médio-Oriente, só pode estar a *tripar*.

Na verdade, a crítica do nacionalismo feita por Anderson (1998) explica como a nação é um conceito criado pelos pais fundadores da constituição moderna, a norte-americana, com base na revolução que libertou as elites coloniais da Coroa britânica, discriminando índios, escravos, mulheres, estrangeiros, ao mesmo tempo que fazia tábua rasa do passado (nomeadamente do genocídio que fundou os direitos de propriedade nas Américas) e da menção à continuidade dos vícios antigos de oligopólio e guerra, iniciados pelos Descobrimentos, mais de três séculos antes. Assim sendo, não é de admirar a admiração que o estado de Israel recolhe das elites europeias e, sobretudo, norte-americanas, que vêm nele a materialização actual da revolução estatal-nacionalista-messiânica que fundou a modernidade cega-surda-muda face à sua própria perversidade, a herdada e continuada e a criada de novo.